

A trajetória de Maria Preta no sindicalismo rural no município de Araçagi (PB) na década de 1990

Francisco Fagundes de Paiva Neto*

Considerações iniciais

Esta pesquisa originou-se a partir de um estudo realizado sobre a influência pastoral do bispo Dom Marcelo Carvalheira na Diocese de Guarabira (PB) com relação à questão agrária. Esse trabalho foi desenvolvido por freiras, animadoras de comunidade e pela capacidade de organização dessas demandas por padres (quase sempre estrangeiros), cujo escopo foi a difusão de expressões da Doutrina Social da Igreja em sincronia com a Teologia da Libertação. Considerando a área da Diocese de Guarabira, quando da sua criação em 1981, composta por 23 municípios,¹ teremos como escala de análise a cidade de Araçagi (PB), destacando a militância sindical de Maria Preta (Maria Benício de Pontes) entre os anos de 1990 e 1993, fase em que teve relações em termos religiosos e políticos com o padre Luigi Pescarmona. Tal experiência política de formação da dirigente teve implicações na ruptura com o sindicalismo rural submetido aos interesses dos proprietários de terra e dos grupos políticos conservadores.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor da área de Brasil e América no Departamento de História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III. Coordena o grupo de pesquisa-CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): "Trabalho, cultura e poder". Coordenou o Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades (NDH-CH) da UEPB e o programa de extensão "Espaço Social" (curso e cineclube). Desenvolve pesquisas relacionadas a trabalhadores e igreja progressista. Encontra-se no pós-doutorado em História pela UFPE. E-mail: francisco.fagundes@gmail.com

¹ 1º livro de tomo da Diocese de Guarabira (1981-1997). (Arquivo da Cúria Diocesana de Guarabira/PB).

Na década de 1980, a Igreja Católica, por meio do trabalho pastoral de alguns bispos no Agreste Paraibano, influenciou na organização política de leigos, tendo a participação de religiosos em atividades junto às comunidades de trabalhadores ido além da dimensão litúrgica e sacramental. As periferias urbanas e as áreas rurais passaram a figurar como *locus* de intensa mobilização de religiosos e leigos, que se confundiam na militância com os trabalhadores. Ocorreu um desapego dos membros da hierocracia para com as vestes sacramentais em espaços de participação política junto a intelectuais, estudantes e uma diversificada tipologia de trabalhadores.

Pela tradição de conivência submissa ante as oligarquias locais e regionais por parte dos religiosos, o trabalho dos padres e freiras (ligados ao bispado de Dom José Maria Pires e de Dom Marcelo Carvalheira) foi qualificado como “político” pela disrupção ante o mandonismo dos proprietários e empresários. Tratava-se de um discurso com o objetivo de deslegitimar a reconfiguração do catolicismo local, do conservadorismo às lutas pela dignidade dos trabalhadores. Destarte, as participações políticas dos membros e associados à Teologia da Libertação foram combatidas por haverem questionado as oligarquias locais, as dominações patronais e as instituições garantidoras da ordem social herdeira do autoritarismo político e da concentração de renda.

A presença de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba e a sua constante interlocução com Dom Helder Câmara (Arquidiocese de Recife e Olinda-PE) resultou na possibilidade de trazer um bispo auxiliar à Guarabira, Dom Marcelo, forjado em uma militância da esquerda católica desde a década de 1960. Diante das agitações políticas dos anos 1960, Marcelo Carvalheira, então um jovem religioso, secretariou Frei Betto e participou das conexões dos Dominicanos com Carlos Marighella (BETTO, 2001). Com a implantação da nova diocese em Guarabira, freiras afastaram-se de suas congregações e passaram a morar entre os camponeses, “botando roçado” (ou seja, cultivando em condições adversas, colhendo poucas produções e tendo um contato orgânico com a vida nas comunidades rurais e sua gente pauperizada), ou ainda, viviam nas periferias orientando mães e crianças em um contexto de extrema pobreza, as chamadas “pontas de rua”.

O sindicalismo rural no Nordeste brasileiro teve origem e consolidou-se a partir do trabalho de contenção às Ligas Camponesas, tendo a Igreja, a partir do Rio Grande do Norte, formado lideranças sindicais católicas para conter qualquer filiação às perspectivas contestatórias e vinculadas à expansão das bases da “república sindicalista” do governo João Goulart (1961-1964) ou das influências comunistas. Os chamados “sindicatos dos padres” difundiram-se nos mais distantes rincões como locais de práticas assistencialistas, de instalação de consultórios médicos ou

de organização de papéis para entrada nas aposentadorias. Com frequência, os sindicatos rurais tornaram-se também fundamentais para conservação do poder das classes dominantes agrárias, aliadas aos prefeitos e deputados dessas regiões para limitar as reivindicações por assinaturas de Carteiras de Trabalho ou pela reforma agrária.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) precisou realizar um trabalho organizativo em condições desfavoráveis, devido as comuns cooptações de lideranças sindicais, por meio de ofertas de empregos aos familiares dos sindicalistas ou de outros níveis de favorecimento político. Tais práticas explicam o esforço das classes dominantes agrárias, dos políticos conservadores e mesmo de setores católicos tradicionalistas para anulação de sindicatos orientados pelos grupos que reivindicavam direitos sociais. Nesse *locus*, estabelecemos uma tipologia dos seguintes segmentos católicos conservadores nas áreas rurais da região Nordeste: o primeiro, sob orientações de Plínio Corrêa de Oliveira, entre os mais escolarizados; o segundo, guiado pelas prédicas de Frei Damiano, entre os camponeses e trabalhadores urbanos das periferias; e o terceiro, pelas pregações de sacerdotes, favorecidos por recursos provenientes de fazendeiros ou políticos das sedes dos municípios (alguns com acesso a deputados, senadores ou ao governador) para promoção de festas de padroeiros, para facilitar a reprodução da economia moral paternalista (como a concessão de roupas nas festas de Natal, peixes na Semana Santa, provisão de remédios ou de transporte em casos de urgências médicas como método para obter a fidelidade dos votantes nas eleições, além de amortecer conflitos políticos trabalhistas) ou de representações anticomunistas.

Contudo, outros mediadores apresentaram-se na região do Agreste Paraibano na década de 1980, dividindo espaço junto à CONTAG, como a Pastoral da Terra – depois consolidada como Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Serviço de Educação Popular (SEDUP) e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). O Agreste Paraibano, ainda na década de 1970, diante do vácuo deixado pelas Ligas Camponesas na década passada, teve o avanço dos “sindicatos dos padres” e expressões de organização política de camponeses cristãos com reivindicações por reforma agrária e direitos de trabalhadores rurais, a exemplo do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da Ação Católica Rural (ACR) (PAIVA, 1985). Assim, apesar do golpe haver criado tentáculos para sufocar as expressões autônomas de luta política dos camponeses, podemos dizer (usando uma metáfora nativa da região), que os canais de organização eram “que nem fogo de monturo”, ou seja, queimavam discretamente de baixo para cima, continuamente e com grande energia para estabelecer níveis de autonomia camponesa.

A razão da nossa escolha, diz respeito à uma estratégia de pesquisa, que permitiu uma série de entrevistas com uma liderança sindical rural, Maria Preta, ligada ao catolicismo da Teologia da Libertação. Maria Preta, como uma líder sindical, foi fruto de um processo formativo de quadros combativos por direitos de trabalhadores no campo pelos serviços e pastorais da Diocese de Guarabira. Esse também foi o caso de Margarida Maria Alves, Penha, Dona Lila e Dona Bebê, dentre tantas outras. Muitas mulheres assumiram atividades de animadoras católicas nas suas comunidades. A partir dessa experiência, passaram a militar em movimentos sociais, sindicatos ou partidos de esquerda, inspiradas pela necessidade de obtenção de direitos sociais e condições infraestruturais nos seus municípios, áreas de forte presença migratória movida por trabalhos sazonais.

A década de 1980 tornou-se um momento privilegiado para um embate nos sindicatos da mesorregião do Agreste Paraibano, por meio de uma reconfiguração política à esquerda e pela acentuação de conflitos sociais. Destacamos dois aspectos fundamentais para uma análise deste contexto: A criação da Diocese de Guarabira (1981) e da Junta de Conciliação e Julgamento (1987). Dada a filiação de Dom Marcelo Carvalheira à Teologia da Libertação, a atenção aos trabalhadores foi objetivada pela criação de grupos de colaboradores nacionais (oriundos do Sudeste) ou estrangeiros (italianos e um argentino) para o fomento às reformas contidas desde o golpe de 1964. As intervenções de religiosos e leigos criaram atenção às questões habitacionais, como no caso da edificação de casas em um assentamento urbano precário e de expressiva pobreza conhecido como “Nordeste”. O novo assentamento urbano foi erguido em regime de mutirão (modalidade de trabalho coletivo tão comum para os seus habitantes nos seus ofícios rurais), que empregou a tecnologia de “barro cimento” para construir as casas. Os participantes do mutirão preparavam tijolos com moldes, comprimindo a mistura composta por uma porção maior de solo e uma menor de cimento. Não havia a queima dos tijolos, mas o processo de cura e uso adequado do solo dava aos blocos uma qualidade similar a dos oriundos de olarias, sendo impermeáveis e mais econômicos, além de permitir um maior conforto térmico e acústico. Essa tecnologia, posteriormente, tornou-se muito comum em áreas de conflito e de assentamentos.

Em um dia os moradores e colaboradores já haviam levantado várias casas, assombrando a população da cidade com tamanha organização e empenho dos envolvidos. Essa interação de Dom Marcelo com vários colaboradores, desdobrou-se em um projeto de alfabetização dos trabalhadores com o método Paulo Freire, articulado pela Freira Valéria Rezende, e no estímulo às chapas das oposições sindicais. A formação educacional auxiliou no objetivo de dar combate às diretorias de sindicatos de trabalhadores rurais ou urbanos, que tinham lideranças ligadas aos proprietários e empresários.

Além disso, foi criado o Centro de Direitos Humanos da Diocese de Guarabira (CDH-DG) constituído por advogados, um estagiário e três educadores, que auxiliou na organização política dos trabalhadores e na abertura de processos na justiça do trabalho contra os patrões. Por fim, a pressão, por uma sociedade civil em processo de reorganização política ante o Estado, para instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Guarabira pelo Tribunal Regional do Trabalho - 13ª. região (TRT-13), tendo por objetivo criar mecanismos legais para mediar os litígios trabalhistas. A partir de 1987 começaram a emergir diversas reclamações de trabalhadores urbanos e rurais com o apoio da estrutura organizada por movimentos de leigos e ações de religiosos do baixo clero. Esse quadro de mobilização política na Diocese de Guarabira desequilibrou as relações tradicionais entre proprietários/patrões e trabalhadores, porque surgiram pastorais, comunidades eclesiais de base e movimentos com matizes de contestação às relações de classe lesivas aos trabalhadores (Novaes, 1987).

Os proprietários passaram a olhar com grandes reservas para os padres, freiras e leigos oriundos de outras regiões do Brasil ou estrangeiros, pois estes passaram a influenciar os religiosos locais em ações políticas desestabilizadoras do padrão administrativo e das relações exploratórias sobre as forças de trabalho. Não custa lembrar, que desde as Ligas Camponesas (década de 1960), os trabalhadores do Agreste Paraibano tiveram as suas demandas sufocadas por agentes oligárquicos, por membros da segurança pública e por proprietários, que por décadas contaram com a convivência cordial de agentes religiosos na constituição de um espaço social garantidor de assimetrias severas entre patrões e empregados.

Um claro exemplo da convivência cordial entre o catolicismo e os grupos conservadores foi a presença de Frei Damião, religioso italiano, que nas suas prédicas alertava aos fiéis sobre os perigos do comunismo, inclusive com muita frequência na região de Guarabira até Dom Marcelo se tornar bispo, quando essa frequência das chamadas “missões” diminuiu. Restou ao Frei Damião buscar plagas mais afeitas a um catolicismo conservador para fazer suas intervenções, que sempre orientavam aos seguidores a manutenção da distância de líderes políticos questionadores da ordem social vigente, apelando aos necessários movimentos da batuta do liberalismo econômico e do conservadorismo político. Essa retórica religiosa tocava inclusive aqueles questionadores dos estados de exceção ou do esforço para manutenção da legislação como letra morta, quando se refere aos poucos direitos dos trabalhadores. Entre camponeses, o Estatuto do Trabalhador Rural² (Lei nº 4214, de 2 de março de 1963, que durou apenas 10 anos e foi

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.

substituído pela Lei nº 5889)³ e o Estatuto da Terra (Lei nº 4504,⁴ de 30 de novembro de 1964) foram desmobilizados por um formalismo jurídico instaurado com fins de manter os privilégios sociais dos latifundiários.

Deste modo, diante da contextualização estabelecida, temos as seguintes indagações: Como uma trabalhadora rural ligada aos serviços e pastorais da Igreja alçou a condição de sindicalista em uma instituição de classe com vínculos conservadores e de exclusão das mulheres na política? Quais as estratégias organizativas para mobilização e conquista de direitos sociais e da reforma agrária? Objetivamos analisar a trajetória de Maria Preta por meio do trabalho sindical e das suas relações com os grupos da Teologia da Libertação.

Maria Preta: percursos no catolicismo e campo político

A experiência de Maria Preta com o trabalho no campo deu-se na tenra infância em Araçagi, quando ao lado de oito irmãos, ajudava nas fainas dos pais. Nascida em 1936, teve uma vida semelhante à de outras crianças de famílias rurais pobres das décadas anteriores e posteriores. A pauperização era tamanha que em uma das entrevistas foi revelada a ausência do uso de roupas pelas crianças, quando em determinada fase a genitora de Maria Preta confeccionava artesanalmente vestidos (“camisolo” ou timão) de listas, compartilhados pelos filhos e filhas. Desde os cinco anos de idade, Maria Preta calejou as mãos na agricultura, à revelia de uma legislação existente sobre o trabalho infantil. Comumente, os filhos dos trabalhadores rurais desempenhavam atividades não remuneradas para auxiliar os pais nos esforços cotidianos.

O isolamento geográfico acentuado pela ausência de estradas. A vegetação ainda com ampla cobertura, permitindo a extração de madeiras para construção de casas de taipa cobertas de palhas. A circulação das pessoas para atender algumas necessidades correntes era feita por veredas como outrora, quando os tropeiros já usavam as ancestrais picadas feitas pelos índios. Essa é a imagem de Canafístula de Araçagi no tempo da infância de Maria Preta, em meio às caçadas, às pescas, à criação de aves e ao trabalho no roçado, em que brancos, caboclos e negros pobres constituíam o cenário produtivo da economia local e, posteriormente, as ações coletivas no quadro político. A pesquisa sobre Maria Preta também sinalizou para uma ruptura com o “paradigma da ausência”, que tem solapado

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.

a presença de mulheres e negros (dentre outras etnias) na historiografia do “mundo do trabalho” no pós-abolição (Nascimento, 2016).

Durante a infância de Maria Preta, bordas de terras ainda podiam ser ocupadas por trabalhadores rurais, havendo também a partilha de lotes por meio de heranças, mas predominava a concentração fundiária. Entre os sítiantes era frequente a prática de trabalhos cooperativos nas farinhadas, limpeza dos terrenos ou plantios. Contudo, a pobreza rural era acentuada e a produção com baixo excedente que pudesse permitir melhorias materiais nas moradias. Conforme a narradora explicitou em uma entrevista que nos foi concedida:

Em Canafístula não tinha casa de tijolo. Casa de tijolo só se via uma casa de tijolo em Piabas, quando ia para Piabas digo: eu com sete anos de idade ia para o catecismo lá na igreja em Piabas, que a catequista era a Severina Porfírio. Nós chegava no caminho e via aquelas casas de tijolos, tão bonitas! Só Canafístula que não tinha casa de tijolos, era de taipa e a maioria de palha, casa de taipa e palha. Era demais as coisas com dificuldades, não existia quem vendesse fiado, porque nessa época não tinha dinheiro, não tinha aposentadoria, não tinha salário, que o povo não tinha onde...se empregar onde? As primeiras pessoas que saíram para trabalhar fora não voltaram. Meu tio, primeiro tio meu, Martins, saiu para o Pará. E ele não voltou. (Maria Benício de Pontes, 2017).

O isolamento geográfico e a riqueza concentrada nas mãos de proprietários promoveram, diante da demasiada pobreza rural, a busca por alternativas como a migração para uma vida melhor noutras plagas. Muitos migraram com a esperança em obter melhores ganhos, apesar de nas áreas citadinas e industriais as melhorias salariais serem oriundas das pressões de organizações sindicais sobre o patronado, sob a vigilância do aparato repressivo, pautado pelo fundamento de que a greve é uma agressão à economia nacional, mas a manutenção da miséria e da precariedade entre os trabalhadores são necessárias à ordem social e ao patriotismo, em nome da concentração de renda. Não custa lembrar as seduções políticas aos trabalhadores no regime varguista por meio dos sindicalistas reformistas, bem como o controle policial, que também fez parte do governo Dutra (1946-1950), sobre as manifestações e greves operárias (Garcia, 1982). O isolamento das populações rurais e a inexistência de leis voltadas para os direitos trabalhistas ou previdenciários tornou comum a migração às capitais ou para outras regiões, sobretudo na década de 1960, mas se prolongou nas décadas posteriores.

A pobreza rural foi questionada na década de 1960 pelas Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil, mormente na Paraíba. Não obstante, as reivindicações, a

partir de propósitos diversos e de agentes políticos variegados, foram aniquiladas com o Golpe Civil-militar de 1964. Militantes foram desaparecidos, mortos ou aprisionados. Mas as demandas pela reforma agrária ganharam novos contornos com a luta pela terra na Fazenda Alagamar (PB), que durou de 1975 a 1983, desta vez já com o apoio de bispos e padres conciliares, pautados por visões sobre direitos humanos e pela não-violência, consorciando Doutrina Social da Igreja e desenvolvimentismo. Contudo para os grupos políticos conservadores, essas expressões relacionadas à cidadania dos sem-terra era confundida com uma dinâmica formativa de um “marxismo-leninismo”. Conforme um artigo sobre a questão:

Um conflito que exemplifica bem esse embate aconteceu em Alagamar, na Paraíba, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. O governador e o secretário de segurança acusavam religiosos estrangeiros de estarem envolvidos em atividades de subversão na área. Em 4 de janeiro, em entrevista ao jornal *Borborema*, afirmava o secretário: 'Estamos dispensando o serviço dos cleros importados, formados nas escolas do marxismo-leninismo dos conventos da Europa, porque eles é que estão induzindo o camponês a tomar uma atitude hostil, ilegal, e revolucionária em Alagamar'. Em 5 de janeiro, no jornal *O Norte*: 'não entendo mais a ação da Igreja de hoje, que deveria preparar e orientar almas para o reino do Céu, enquanto estão fazendo agitação social nas regiões agrícolas em disputa'. A resposta do bispo da Paraíba, no jornal *A União*, em 8 de janeiro, dava indicações do que seria dali para frente uma parte importante das justificativas das atividades da Igreja junto aos trabalhadores rurais: “quem impede esta livre circulação ou reuniões está violando os direitos humanos. Como nós, ao mesmo tempo, defendemos os direitos humanos e somos pela não violência, continuaremos tranquilamente dando assistência ao povo de Alagamar”. (Reis, 2012, p. 110).

A tônica da Igreja Católica na Paraíba passou por uma expansão de grupos ligados a setores que amalgamariam relações com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a CUT através de um afastamento em relação ao marxismo-leninismo e de aproximação com uma esquerda afeita às experiências das Dioceses de São Paulo (SP), Olinda (PE), Crateús (CE) e da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT). O apoio dado pelos bispos à luta pela terra e à organização sindical seguiu uma via distinta das metodologias do Movimento dos Sem Terra (MST), que surgiu na década de 1980, tendo forte influência da Teologia da Libertação, mas se autonomizando perante à Igreja Católica e se associando às visões do campo

político e teórico do marxismo. E a opção do MST não deslegitima a metodologia específica da luta, mas se percebe a heterogeneidade das ações coletivas, pois a CPT seguia uma metodologia mais evasiva, quando surgiam as possibilidades de enfrentamentos com os capangas ou com os agentes do Estado. E se havia um aspecto “radical” da Igreja Católica à época era o de uma Igreja defensora da vida (inclusive dos pistoleiros e agentes de segurança pública empregados nas repressões aos camponeses), dos direitos sociais, da desobediência civil sem derramamento de sangue. Sem hesitar, em uma entrevista Dom Marcelo Carvalheira afirmou categoricamente que a Igreja cumpriu práticas nas décadas de 1980 e 1990 de fazer uma reforma social sem o componente da violência política.

Na área da Diocese de Guarabira os camponeses apoiados pela CPT e pelo SEDUP construíram espaços de participação política, tendo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT) como fortes aliados para filiação e participação de mulheres nos sindicatos rurais vinculados às “oposições sindicais” (Bertolazzi, 1989; Tosi, 1988; Silva, 1992). As demandas por terras e por diversos direitos sociais chamaram a atenção das classes dominantes agrárias, que a partir do chamado “Grupo da Várzea” (responsável pela morte de João Pedro Teixeira)⁵ criou enleios com a União Democrática Ruralista (UDR), presidida por Ronaldo Caiado, tendo havido inclusive a presença de pistoleiros e ações policiais denunciadas a organismos internacionais.

O contexto político da Diocese de Guarabira era, na década de 1980, com a emersão das chapas vitoriosas e ligadas à CUT, caracterizado por tensões nas relações sociais no campo (Moreira; Targino, 1997; Moreira, 1997). Na mesorregião do Agreste Paraibano ocorreram diversas expulsões/expropriações da terra de camponeses por proprietários com o suporte de pistoleiros e policiais militares da ativa ou da reserva. Desde a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em 1975, a expansão do monocultivo da cana promoveu expulsões de camponeses, a partir de 1981, mas também a reação por reforma agrária e por direitos trabalhistas (Bertolazzi, 1989, p. 54-55). Ocorreu também a expansão das áreas de pasto, contribuindo para constantes migrações para as favelas das cidades próximas, especialmente as de maior porte, enquanto nas menores se formavam as “pontas de rua”. Nesse período, ocorreu a ampliação dos canaviais e da pecuária com subsídios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

⁵ João Pedro Teixeira nasceu em Guarabira/PB em 1918. Fundou a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé/PB em 1958, chegando a ter sete mil filiados. João Pedro foi assassinado em 1962. A experiência política de Pedro Teixeira foi abordada no documentário “Cabra marcado para morrer” de Eduardo Coutinho. O documentário foi interrompido 35 dias depois do golpe de 1964, sendo apenas retomado no início da década de 1980.

(Silva, 1992, p. 29). Entre 1979 e 1988 ocorreram cerca de 39 conflitos por terra e 11 por questões trabalhistas (Tosi, 1988).

Foi nessa ambiência, que Maria Preta ingressou no sindical rural em Araçagi como associada junto a um grupo de mulheres no ano de 1985. As chapas de oposições sindicais formaram-se na década de 1980 na região agreste da Paraíba como forma de recuperar os sindicatos de trabalhadores rurais, então cooptados por patrões/prefeitos como recurso eleitoral e reprodução política local. Até essa década os sindicatos rurais em todas as regiões brasileiras haviam perdido na prática o componente reivindicativo de direitos sociais e reforma agrária, funcionando como extensões de agências do *Instituto Nacional do Seguro Social* (INSS) e serviços médicos (com o apoio de políticos locais), embora a questão da reforma agrária fizesse parte das reivindicações nacionais promovidas pela CONTAG. Por essa razão, as disputas eram bem acentuadas, pois os proprietários e políticos influentes no município procuravam criar as condições para impedir uma alternativa sindical à esquerda.

Na eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi, no ano de 1984, a “oposição sindical” constituiu a Chapa 2 com a candidatura de Vicente Barbosa e o apoio de grupos da Diocese de Guarabira, do MMT (que ampliou a base da militância no campo com a adesão de várias sindicalizadas), do PT e da CUT. A Chapa 1 era representada por Graciano do Sindicato com o objetivo de reeleição. Houve uma vascularização dos movimentos da Igreja nas diversas comunidades com o apoio do padre Mauro (pároco de Araçagi) e a perspectiva da participação mais efetiva dos filiados diante da busca por direitos.

A transversalidade da luta por direitos envolvendo tantos mediadores políticos permitiu o acesso de Maria Preta num processo de formação política em encontros com camponeses de outras regiões do país e, posteriormente, em evento internacional. Toda essa experiência constituída pode refletir em trocas de impressões sobre as relações exploratórias do trabalho, bem como na necessidade de um maior envolvimento dos trabalhadores com a política. De acordo com as recordações de Maria Preta:

Do Nordeste. Aí tinha uns Congressos, em 85 foi o primeiro Congresso que eu participei da CUT no Rio de Janeiro. Aí comecei a fazer viagens pra Brasília, fui muitas vezes. Em Brasília o que que ia levar? Em Brasília eu fui reivindicar a aposentadoria da mulher, era 45 anos que a gente queria, quando a gente quer 10, a gente pede 20, quando você quiser 20 você peça 40, senão não dar! Então, Maria, a proposta é 45 anos, porque eles vão tirar pelo menos 10. Aí fui! Teve um... foi uma caravana de mulher, aí eu fui defender a aposentadoria. E eu era a mais escolhida pra andar. Socorro

ninguém não... porque ela não era liberta. Socorro, o marido não liberou. O marido de Socorro não deixava. Aí quando ia pra fazer viagem só era Maria, aí eu fui! Quando nós... com o nosso... experiência... trocando experiência fizemos articulação, formemos a Coordenação em 96 foi que começou a coordenação do MMTR, oficializada mesmo com os nove estados: Piauí, Bahia. Fui pela CESE, convite da CESE [Coordenadoria Ecumênica de Serviço] a nossa CESE. Eu fui representando a mulher de Araçagi, Paraíba né? Paraibana. O povo dizia quem é Araçagi? E tem no mapa, tem Araçagi? Eu dizia: se não tiver eu sou o mapa! Sou o mapa de Araçagi. Tô apresentando. Aí contei as minhas histórias lá muito sofrida, né? De sofrida né? Que até rato, a gente até comia rato, comia! Calunguinha assava e comia. Quando contei minhas histórias as mulheres choraram e tudo. Tava os coordenadores de projetos, coordenadoria, os agentes de projetos. Era uma reunião de agentes de projetos. A gente fumos levar né? Eu fui lá! Primeira vez que eu andei de avião, tá ali até a passagem, tá ali os encontros, tá ali alguns livros quando quiser registrar. (Maria Benício de Pontes, 2017).

A diversidade das experiências sociais de camponeses de distintas regiões foi partilhada por Maria Preta, quanto aos seus padecimentos e de tantos iguais diante da pobreza rural e da fome no campo, quando algumas culturas já começavam a figurar como *commodities*. O trabalho organizativo dos agentes da Diocese possuía como uma das premissas a constituição de um movimento, como o MMT, que pudesse dinamizar a experiência de classe por meio de ações coletivas equitativas entre os gêneros e atenta aos eventos internacionais. A própria Irmã Valéria Rezende colaborou com o programa de educação durante a Revolução Sandinista na Nicarágua (1979-90), através do método Paulo Freire. As estratégias de confronto ao avanço do capitalismo em áreas urbanas e rurais serviram de reflexão para o desenvolvimento de práticas de resistência política local, mesmo considerando os limites inerentes a um sindicato rural.

A área rural de Araçagi possuía, nesta fase, cultivos de cana e de abacaxi, sendo o último o mais difundido. Maria Preta realizava diárias nos terrenos tanto nos plantios de cana, abacaxi, como nos de inhame ou algodão. A família de Maria Preta era numerosa e participava da lida no campo. O casal possuía nove filhos em meio às constantes migrações do marido em busca de melhores condições para família em trabalhos sazonais em áreas urbanas de outros estados.

As mobilizações promovidas pelos segmentos da Igreja e o processo formativo de organização política de Maria Preta tornaram-na postulante ao cargo de presidente do sindicato. Apesar da representatividade alcançada pelo MMT, houve um certo nível de resistência à candidatura de uma mulher a um posto

geralmente ocupado por homens. Contudo, após a consulta entre os filiados, o resultado foi a eleição da candidata, que assim rememorou:

A primeira mulher presidente. O sindicato começou em 85 na luta pra tirar Graciliano, que já tava enraizado, aí entrou Vicente. Aí vamos fazer isso: nós vamos mudar nossa direção de três em três anos nós muda o sindicato. Pega uma pessoa da gente e elege como presidente. Isso tá certo! Aí quando completou os três anos do mandato de Vicente entrou Jorge [...] Entrou Jorge! Aí disse: 'E agora? Vamos escolher outra pessoa? Vamos! Quem é? Quem não é? Quem é? Aí disse é Pedro? É Virgínio? É Pedro. É Zé Virgínio'. Aí Jorge chegou e disse: 'dona Maria! O nome visto é o da senhora. O nome pra ser candidato a presidente do sindicato é a senhora mesmo'. Mai meu filho! Disse: 'É! Vamos fazer um negócio? Vamo eu, Pedro, Zé Virgínio formar uma mini pré-eleição. Que quem sair vitorioso é que vai ser o presidente' [...] Uma convenção era... Pra escolher... pra quem... Pra escolher o nome melhor pra? [...] Aí quando, Josué: 'Mãe não tá com bem vontade. Não vou votar em mãe não. Vou votar em Zé Virgínio'. Aí Zé Virgínio, Maria Preta e Pedro Faustino. Maria Preta saiu na frente. Aí disse [Josué]: 'Mai mãe! Mãe dizendo que não queria eu cheguei e votei em Zé Virgínio pra presidente, mai mãe! Não tem nada não!' Aí escutei o povo dizendo: 'É! O sindicato de Araçagi tá falido. Não deu com os homens, quanto mai uma mulher. Agora se acaba de uma vez!' Digo: não! Mai eu já era do movimento da mulher. Fiz um encontro. Eu disse: meninos vocês aí! O quê que acham? 'Sei não, minha Maria! Tá tão ruim sindicato, lá em Duas Estradas'. [...] disse: 'o que entra não dar para eu pagar a luz. Tô devendo até a luz!' Neusinha disse: 'Você está preparada Maria para ser presidente do sindicato?' Comadre Socorro disse assim: 'Eu sostô vocês! Vamo organizar as mulher, vamo incentivar pra ser presidente do sindicato, na hora que tem uma mulher disposta que vai... que topa, vocês diz uma coisa dessa! Vá comadre Maria! Tá certo!' Graças a Deus eu fui eleita. O Jânio ia ser candidato. Aí perguntou: 'Dona Maria? Quem é que vai ser? É a senhora, ou Pedro ou Zé Virgínio?' Eu disse: meu filho! É eu. Aí disse: 'então pronto! Vou desistir, eu já estava com nove pessoas, ia formar a chapa, mai pra senhora não tem... não sou adversário da senhora. Vou me embora pra São Paulo, um dia se der pra mim, muito bem! Pode ficar em paz!' Aí foi chapa única. Jânio! Sabe quem é Jânio de Mané Barbosa? [...] Jânio de Aloísio. Aí fui! Passei meus três anos de luta, representando Araçagi. De vez em quando precisava de Maria Preta pra um Congresso. Maria Preta vai pro Congresso da CUT. Maria Preta vai pro congresso da CONTAG. Maria Preta vai pro um encontro em Fortaleza falar sobre agricultura, lá vai

Maria Preta levar a situação dos abacaxis seco... (Maria Benício de Pontes, 2017).

A entrevista sugeriu-nos algumas observações: a primeira, no que se refere a tentativa de deslegitimar Maria Preta, dado os seus envolvimento com a CPT, além do componente de uma identidade de classe, porque a postulante era ligada aos movimentos camponeses orientados pela CPT. A segunda, surgiu o componente de gênero, por ser incomum uma mulher assumir um papel de liderança em um sindicato rural, especialmente, devido a questão do trabalho árduo e o predomínio da dominação masculina nos lares. Mas a relação das camponesas com o MMT serviu para reconfigurar os quadros de direção sindical rural, porque fomentou a filiação de camponesas e a constituição de chapas para concorrer nas eleições. Trata-se de avaliar “a lógica específica do mundo social [...] que é o lugar de uma luta permanente para definir a ‘realidade’”. (Bourdieu, 1989, p. 118).

A definição de uma nova realidade, a partir da experiência sindical de Maria Preta, exigiu todos os cuidados administrativos com a instituição de classe como forma de obter legitimidade perante outros membros do sindicato e de outras instâncias políticas da cidade. A vinculação com o MMT e o sindicato reverberou em choques com a prefeitura de Araçagi e com proprietários rurais. O choque com a prefeitura ocorreu quando o MMT deu apoio a primeira greve do município em 1996, envolvendo funcionários públicos, professores, servidores gerais e merendeiras. A parede reivindicava melhorias nas condições de trabalho e de salários. Durou 15 dias, havendo a ocupação da prefeitura em meio a ameaças veladas de violência por parte do prefeito Dr. Francisco Monteiro. As notícias de uma possível invasão brutal por parte do prefeito e seus capangas promoveu em Dom Marcelo (e em um grupo de padres) a necessidade de uma missa em frente à prefeitura, instando aos grevistas a retornarem aos lares e continuarem a pressionar os vereadores e autoridades constituídas pelo atendimento às reivindicações. Meses depois, a pressão dos trabalhadores resultou no aumento dos salários.

Outro conflito relacionado à participação do sindicato dos trabalhadores rurais e do MMT com a colaboração de Maria Preta foi a reforma agrária em uma fazenda, que resultou em um assentamento: o Santa Lúcia. No ano de 1988, um grupo de mulheres apoiadas pelo sindicato e pelo MMT (então coordenado por Maria Preta e por Socorro Barbosa) e com o apoio do presidente do sindicato, Vicente Barbosa, fomentou o estímulo a um grupo de criação de porcos, corte e costura, além do plantio de batata doce. A partir dessas práticas de aproximação junto aos trabalhadores da fazenda, os sindicalistas para o proselitismo político, objetivando a filiação de novos membros ao sindicato. Uma mulher chamada

Marluce Aquino, residente na área em questão, apoiou o projeto, facilitando a articulação. Durante as idas dos trabalhadores ao sindicato ocorreu a denúncia sobre a situação que estavam enfrentando, sem a garantia de nenhum direito e temendo a expulsão da propriedade, porque não teriam para onde ir. Maria Preta, ainda no ano de 1993, chamou Socorro Barbosa para avaliar a situação dos direitos daquelas famílias. Então decidiram pela mobilização do MMT e da CPT para adoção de medidas voltadas à permanência das famílias na área e a preservação dos direitos.

Com a instauração de conflitos trabalhistas e reclamatórias, o proprietário assinou as carteiras de trabalho dos funcionários da Fazenda Santa Lúcia em 1993 com a presença de um funcionário do INSS, temendo que a dimensão da organização reivindicasse a reforma agrária com o apoio da CPT. A estratégia do proprietário estava em sintonia com a percepção da eclosão de vários conflitos de terra em toda a região. Mas, o pagamento dos direitos trabalhistas de até três décadas não foi cumprido pelo proprietário, Walter Maroja, sendo promovida a denúncia ao sindicato dos trabalhadores rurais e à CPT dessa irregularidade. A Diocese de Guarabira priorizava as ações junto a esses segmentos em situação de conflito, e, por isso, as lideranças do movimento formavam grupos de militantes para dar apoio às famílias dos acampados na área. Havia uma articulação montada para definir as estratégias de atuação e de resistência às ações violentas promovidas pelos proprietários da terra, que já fazia parte de uma cultura rebelde dos camponeses. A noite era o momento mais tenso, porque os capangas da fazenda realizavam incursões violentas contra os acampados. Comumente, na região do agreste, as violências realizadas sob a ordem dos proprietários eram as de atear fogo nas barracas, destruir as plantações com tratores, atirar e bater nos acampados para intimidá-los e forçá-los a deixar a terra. A rotina dos acampados e das lideranças, que davam o apoio à organização e ao planejamento das ações, era de conviver constantemente com o medo da morte. Ameaças, agressões físicas, assassinatos e emboscadas faziam parte do cotidiano dos militantes em defesa do acesso à terra.

Maria Preta, Socorro, Salete, Eliane, Madalena, a coordenação geral do MMT e Dom Marcelo, o padre Luís Pescarmona e o padre Mauro começaram a se reunir para traçar estratégias de atuação e mobilização das famílias, que ainda permaneciam morando nas terras da Fazenda Santa Lúcia. O que estava ocorrendo era um claro caso de exploração e negação dos direitos dos trabalhadores tão comuns na região e que, portanto, demandava uma ação rápida e efetiva para que não fossem expulsos sem a garantia dos seus direitos e se dispersassem no fluxo migratório.

As ações começaram a ser mais efetivas a partir de 1994, quando Josué

Benício já estava à frente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araçagi. O presidente do sindicato encarregou-se de comandar as negociações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto Maria Preta e Socorro (ligada ao sindicato), com a ajuda da CPT e do MMT, articulavam com as famílias a melhor maneira de conseguir entrar na fazenda e obter o engajamento de outros trabalhadores. Foram articuladas reuniões secretas no Sindicato com as famílias da Fazenda Santa Lúcia para que o proprietário, Walter Maroja, não descobrisse a intenção dos militantes. O risco era de o proprietário agir junto a políticos influentes ou de realizar manobras jurídicas, vendendo a propriedade ou fatiando-a com membros da própria família como forma de dificultar o acesso à terra. O grupo que participava das reuniões era pequeno para reduzir o risco de vazamentos das informações, contando com os seguintes trabalhadores: Bijoca, Luís de Cobel, João Soares, Maria e Zé Pequeno. Esses moradores foram os interlocutores com as famílias dos trabalhadores da fazenda, juntamente com a colaboração de Maria Preta, Socorro, Olga, Cândido e as freiras (Neves, Alaíde, Valéria Rezende, entre outras). Recordando essa fase, a militante narrou que:

Começou o homi da terra vender, o proprietário vender a terra, começou a vender, já tinha vendido a metade. E aí? Chamemo os morador, né? Bijoca, Luís de Cobel, Zé Pequeno, o povo lá, os morador de lá, sabe? Vamo se reunir e vamo ver o que vamo fazer, porque vai vender e vocês vão ficar na rua. Muitos desistiram, não quiseram entra na luta. O Francisco que morava no casarão foi se embora, aí ficou aquela turma que teve coragem. O Bijoca era o mai... aí fizemos a reunião. Teve que fazer a reunião escondido lá no sindicato, pra eles vir, pra ninguém nem saber. Tarcísio Rosa que era o administrador [...] Fumos fazer, eu mai comadre Socorro, fazer um grupinho de criação escondido que nem sabia. Dona Maria, como era muito, meia xeeléu do lado do povo. A gente vamo na casa de Dona Maria fazer o grupo de criação de porco. Vamo fazer um roçadinho comunitário, vamo entrano de vagarzinho, entrano de vagarzinho, vamo! Nesse tempo o chefe do INCRA era Márcio. Vamo chamar Márcio e vamo negociar pro governo comprar esta terra. (Maria Benício de Pontes, 2017).

As primeiras estratégias adotadas para infiltrar as mulheres do movimento na Fazenda Santa Lúcia foram: a criação de roçados comunitários e criação de porcos, curso de costura, capacitação técnica de cultivos para os agricultores obterem melhores resultados nas colheitas e encontro de casais e jovens, através das pastorais. Aos poucos essas ações foram ganhando projeção e conseguiram

integrar quase todas as cinquenta famílias dos trabalhadores de moradores da propriedade.

As idas e vindas de Maria Preta e Socorro à fazenda despertaram a desconfiança do administrador, Tarcísio Rosas, que passou a fazer ameaças explícitas. O fazendeiro Walter Maroja utilizava os serviços dos seus capangas, Tarcísio Farias e Edimir Joaquim, para efetivar as ameaças por meio de ações violentas e atos de crueldade como forma de intimidar as famílias envolvidas com as ações coletivas pela reforma agrária, especialmente.

Quando os planos de desapropriação da Fazenda Santa Lúcia, conduzidos pelo Sindicato, a CPT e o MMT, foram descobertos pelo proprietário, teve início a ofensiva contra os envolvidos: o uso da violência e da força para intimidar os militantes e encerrar todas ações promovidas por Maria Preta, Socorro e os demais integrantes do grupo. Além disso, ele passou a perseguir Josué Benício, presidente do Sindicato, com ameaças e acusações de ser um “mafioso”, “invasor” e “aproveitador”. Por fim, moveu um processo na justiça contra o sindicalista e o padre Mauro. Enquanto isso, Josué Benício deu prosseguimento ao pedido de desapropriação junto ao INCRA. Em 1994 foram realizadas várias reuniões com Júlio César, representante do INCRA, para entregar os relatórios comprobatórios sobre as terras improdutivas, restando como as únicas plantações existentes na fazenda aquelas voltadas à subsistência dos moradores.

A Fazenda Santa Lúcia é um exemplo da concentração de terras nos domínios de famílias tradicionais, que tinham imóveis rurais com grande extensão territorial. No caso em questão, as terras constituintes da Fazenda Santa Lúcia confinavam com as divisas do município de Mari (PB) e se estendiam até os limites do município de Itapororoca (PB). Nessa área havia famílias de camponeses em diversas formas de relações laborais, tais como: arrendatários, foreiros, posseiros, meeiros e agregados.

O processo de desapropriação da Fazenda Santa Lúcia com uma área de 1.041.000 hectares teve início em 1994, sendo concluído em 31 de julho de 1996, através da assinatura do ato de criação do Projeto de Assentamento da Fazenda Santa Lúcia. Após uma série de manobras do proprietário, a terra foi considerada improdutiva por uma equipe do INCRA e a fazenda desapropriada para cumprir o pagamento dos débitos trabalhistas. Com a desapropriação, foram assentadas 100 famílias em 1996. Os assentados também receberam ajudas financeiras complementares para aquisição de equipamentos e alimentos para fomentar o estabelecimento digno nos primeiros meses de alocação na área.

Maria Preta não aceitou ficar com um lote de terras. Preferiu que sua filha Salete fosse contemplada. No projeto final da divisão das terras do Assentamento Santa Lúcia, Maria Preta discordou da forma como foi idealizado, pois ele

estabeleceu que fosse criada uma vila de casas, a sede do assentamento e os lotes de terras distribuídos pela extensão da propriedade. Na concepção de Maria Preta, a casa deveria ficar dentro do lote de terra, pois o aglomerado de casas lembrava a cidade e, assim, descaracterizava o sentido do assentamento rural. A colocação da família no interior do lote facilitava o trabalho, a fiscalização das suas plantações e a integração dos assentados com a terra. Por não concordar com aquela dinâmica de organização do assentamento, Maria Preta preferiu continuar com a sua morada na zona rural, em Canafistula, onde possuía um quintal com algumas fruteiras e um pequeno roçado. A conquista do Assentamento Santa Lúcia representou um importante êxito da relação entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi e o MMT, tendo como importante colaboradora das ações, Maria Preta, por sua estreita integração com os movimentos sociais da cidade, da região e já com projeção em organizações nacionais e internacionais.

Desde a formação das “oposições sindicais”, o Sindicato passou a ser uma entidade de resistência dentro do campo político de Araçagi, sobretudo, quando a questão agrária compôs pauta das ações organizativas dos trabalhadores, tendo como apoiador o monsenhor Luigi Pescarmona, coordenador da CPT de Guarabira (Paiva Neto, 2016). Nas décadas de 1980 e 1990, vários municípios tiveram muitos de seus sindicatos tomados por direções heterônomas, chamadas de “pelegas”, e surgiu o empenho pelo direito à carteira assinada, à aposentadoria rural e à reforma agrária, promovendo uma forte reação de setores remanescentes do Grupo da Várzea reagrupados na UDR, com sucursais em muitas cidades. Sobre essa fase, Maria Preta narrou: “Aí lá vem as áreas de conflitos. Vamo participar! Em Araruna, no Valério né, no... em Alagoa Grande e começou a sair os conflitos... as áreas de conflitos de terra” (Maria Benício de Pontes, 2017). Ou seja, os sindicatos ligados à Diocese de Guarabira, à CUT e ao PT apoiavam os acampados. Ademais, os já então assentados eram solidários com os camponeses em novas áreas de conflito, igualmente passíveis de processos de desapropriação e de reforma agrária.

Foi durante uma conversa entre Maria Preta e Luigi Pescarmona, nesses momentos de contatos informais antes do início das reuniões da CPT, que foi expressa a vontade da camponesa de ser contemplada com um pedaço de terra para trabalhar. E como era de praxe, ouviu do padre Luigi Pescarmona: “Lute! Lute! Se quer terra, lute!” Os religiosos da CPT retomavam nas prédicas da Teologia da Libertação a experiência dos hebreus no cativeiro egípcio, estabelecendo uma pedagogia contemporânea de luta contra as potestades políticas e os proprietários de grandes extensões de terra, que criavam novos “cativeiros”. A CPT, por não ser um movimento social, mas com características aproximadas, expressava sempre que caberia aos camponeses a reação à concentração da riqueza, produtora de tanta miséria.

Como resultado dessa luta compartilhada por homens e mulheres em defesa do acesso à terra e da garantia de direitos sociais aos trabalhadores, Maria Preta ainda colaborou com várias ocupações e acampamentos nas cidades paraibanas de Araruna, Tacima, Alagoinha, Alagoa Grande e Araçagi, que depois foram transformados em assentamentos.

A participação nessas áreas de conflitos agrários rendeu à Maria Preta um nível de experiência em uma formação política para o trabalho organizativo e de direção junto aos movimentos sociais dos quais fez parte. Os enleios de Maria Preta com a militância católica progressista, alinhada com religiosos como padre Luís Pescarmona e Dom Marcelo, tornou-a uma agente importante na gênese e na reprodução dos grupos de luta pela reforma agrária, pelos direitos dos trabalhadores e pela luta das mulheres por dignidade material e social. Neste artigo, procuramos abordar, como ocorreram as diversas alocações e deslocamentos realizadas por Maria Preta no espaço social (interações presentes num ou mais campos da prática social), além de como essa camponesa construiu as narrativas como uma “história pessoal”, relacionando essa experiência social com a noção de trajetória formulada por Pierre Bourdieu nas conexões entre indivíduos e estrutura no curso da própria história (Bourdieu, 1996).

Considerações finais

A pesquisa permitiu-nos perscrutar as relações do sindicalismo rural na cidade de Araçagi (PB) em um momento de transformações políticas originadas pela redemocratização no Brasil, através da militância de uma camponesa. A presença de mediadores diante da reorganização da sociedade civil nos movimentos de base ligados à Igreja e aos grupos da esquerda permitiu a formação de lideranças sindicais de nova expressão política. As “oposições sindicais” agiram para colocar em xeque o sindicalismo rural submisso aos interesses patronais e de colaboração com as bases paternalistas de algumas prefeituras ou parlamentares locais. Algumas lideranças dessa fase também incorreram em novas práticas de assimetria, como a ausência de renovação dos quadros e gravitações em torno de novos artifícios conservadores, mantendo os sindicatos como se fossem empresas de promoção familiar.

Contudo, esse processo de reconfiguração do campo político não foi suave, considerando as constantes ameaças e violências perpetradas por fazendeiros, agentes de segurança e capangas contra sindicalistas e religiosos, herança do recente regime autoritário, que insistia em dar espasmos, mesmo com processos de desapropriação de fazendas sendo realizados com indenizações feitas pelo

Estado. Trabalhadores rurais sofreram atentados e morreram na Paraíba na década de 1980, como um participante da I Romaria da Terra da Diocese de Guarabira ou a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Os ecos do passado efetivaram-se pela violência física e simbólica, que demarcava o espaço social entre as classes em uma constante luta de classificações. Essas tensões no campo de força social ganharam dimensões dramáticas, mas também trouxeram vitórias como expressões de pequenas redenções alentadoras, inclusive contra o esquecimento das práticas rebeldes dos subalternos, ao cotidiano de tantos homens e mulheres de mãos calejadas e peles curtidas pelos dias ensolarados e de fainas demasiado longas.

Por todas essas razões, visualizamos a trajetória de Maria Preta como uma possibilidade de avançar nas pesquisas e estudos sobre tantos trabalhadores, cuja experiência social precisa ser retomada por indagações, quer nos espaços acadêmicos ou pela História Pública, na constante luta contra o solapamento ameaçador promovido em tempos renovados de autoritarismos, que sempre insistem em se avizinhar. Ou ainda, pela ausência de pesquisas sobre a participação de negros, caboclos e índios em processos de lutas sociais institucionalizadas ou não.

Referências

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 12. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 74-82.

BERTOLAZZI, Annalisa. *Novo sindicalismo no campo paraibano: continuidades e mudanças*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – UFPB, Campina Grande, PB, 1989.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política: a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

_____. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997. (v. 2).

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – USP, São Paulo, SP, 1987.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. A trajetória do monsenhor Luigi Pescarmona e as lutas pela reforma agrária na Diocese de Guarabira/PB. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2016.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012.

SILVA, José Barbosa. *Assessoria e movimento popular*: um estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Dissertação (Mestrado em Educação Popular) – UFPB, João Pessoa, PB, 1992.

TOSI, Giuseppe. *Terra e salário para quem trabalha*. Um estudo sobre os conflitos sociais do Brejo Paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPB, Campina Grande, PB, 1988.

Fonte oral

PONTES, Maria Benício de [84 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Francisco Fagundes de Paiva Neto. Araçagi, Paraíba, PB, 15 abr. 2017.

Resumo: A partir de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, procuramos desvelar as relações de uma sindicalista do município de Araçagi (PB) com as dinâmicas políticas da Igreja, e suas experiências junto aos movimentos sociais no campo. Em termos teóricos, dialogamos com os aportes bourdieusianos sobre trajetória e campo político, avaliando as tensões existentes entre os grupos de sindicalistas e a agência de Maria Preta no contexto atinente à década de 1990. As fontes com as quais trabalhamos, mormente as orais, permitiram uma análise sobre as relações de classe, apontando para um processo de reforma agrária e de relações políticas entre entidades de mulheres em luta por uma cidadania ativa. Ademais, utilizamos outras fontes no curso da pesquisa, como bibliográficas e documentos primários.

Palavras-Chaves: Sindicalismo rural. Classe social. Igreja Católica.

Maria Preta's trajectory in rural unionism in the city of Araçagi (PB) in the 1990s

Abstract: Based on semi-structured and in depth-interviews, we sought to unveil the relations of a union member from the municipality of Araçagi (PB) with the political dynamics of the Church, and her the experiences with social movements in the countryside. In theoretical terms, we spoke with the bourdieusian contributions on political trajectory and field, assessing the tensions between the unionist groups and Maria Preta's agency in the context of the 1990s. The sources with which we work, especially the oral ones, allowed an analysis of class relations, pointing to an agrarian reform process and political relations between women's entities struggling for active citizenship. In addition, we use other sources in the course of the research, such as bibliographic and primary documents.

Keywords: Rural unionism. Social class. Catholic Church.

Recebido em 23/08/20

Aprovado em 03/11/20